

Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar supostas irregularidades envolvendo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), ocorridas entre os anos de 2003 e 2015, relacionadas à concessão de empréstimos suspeitos e prejudiciais ao interesse público. - CPIBNDES .

**REQUERIMENTO N.º , DE 2015
(Do Senhor Arnaldo Jordy)**

Requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de REQUISIÇÃO, ao BNDES, de cópia de inteiro teor de documentos e informações, relacionadas a financiamentos concedidos ao grupo JBS.

Senhor Presidente,

Nos termos das disposições constitucionais (§ 3.º do art. 58 da CF/88), legais (art. 2.º da Lei 1.579/52) e regimentais (arts. 35 a 37 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados) de regência, requeremos seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de REQUISIÇÃO, ao BNDES, de cópia de inteiro teor de documentos e informações, relacionadas a financiamentos concedidos ao grupo JBS.

JUSTIFICATIVA

O grupo JBS é acusado de monopolizar o mercado de carne, em razão de seu poder sobre a economia no setor. Segundo reportagem veiculada no Valor Econômico em 18 de fevereiro de 2015, a crítica vem da Abrafrigo (Associação Brasileira de Frigoríficos) que ressalta que a JBS quer eliminar a concorrência ditando as regras.

A expansão da empresa se deu em razão das suas aquisições financiadas pelo grupo BNDES. Mais de R\$ 8 bilhões de dinheiro público foi investido no grupo nos últimos anos, o que estimulou o monopólio, situação que prejudica as demais empresas do setor.

Em contrapartida, a JBS aumentou as doações feitas para campanha políticas. Conforme reportagem do UOL, veiculada em 28 de janeiro de 2015, a JBS doou a políticos o equivalente a 18,5% do dinheiro que tomou emprestado do BNDES entre 2005 e 2014. Segundo o BNDES e a JBS, esse dinheiro não é proveniente dos empréstimos concedidos pelo banco.

A data inicial de liberação dos recursos do banco estatal coincide com o aumento do volume das doações da JBS aos políticos. Desde que os recursos começaram a ser liberados, em 2005, a JBS já repassou R\$ 463,4 milhões a políticos e partidos nas eleições de 2006, 2008, 2010 e 2014.

Ainda conforme a reportagem, desde 2006, o grupo figura entre um dos maiores doadores individuais de campanhas políticas do Brasil. Em 2006, um ano após o início dos empréstimos, foram R\$ 12 milhões em doações. Quatro anos depois, foram R\$ 63 milhões, e, em 2014, R\$ 366,8 milhões, segundo dados do TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

Recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) informe ao Tribunal de Contas da União (TCU) detalhes de operações financeiras de R\$ 7,5 bilhões realizadas com o grupo JBS/Friboi. O banco se recusava a repassar os dados, que seriam usados para subsidiar uma auditoria, alegando que a medida desrespeitaria o sigilo bancário do grupo. Os ministros concordaram que, como se trata de dinheiro público, o financiamento precisa ser submetido ao controle externo. Pelo entendimento do STF, as operações do banco devem ser transparentes.

Nesse contexto, é imprescindível que a CPI tenha acesso a toda documentação referente à essa operação, inclusive relatórios de acompanhamento e auditoria feitos pelo Banco, de forma a avaliar como foi possível que uma Instituição da qualidade técnica do BNDES tenha aportado recursos públicos vultuosos para esta empresa.

Em vista do exposto, solicitamos o apoio dos ilustres pares na aprovação deste requerimento.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 2015.

DEPUTADO ARNALDO JORDY

PPS/PA